

ASPECTOS DA SEGURANÇA PÚBLICA NA PROVÍNCIA DA BAHIA DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI

Oswaldo Silva Felix Junior *

Resumo

Este artigo visa a dar conhecimento de aspectos peculiares da evolução da segurança pública durante a participação da província da Bahia na chamada Guerra do Paraguai. Entre 1865 e 1870, a Bahia apoiou o Império Brasileiro no combate ao exército de Solano López. O apoio se deu efetivamente em pessoal. Segundo os dados do governo provincial, mais de 17 mil homens seguiram para a complementação das tropas do Exército Nacional e da Armada. O primeiro contingente a seguir foi o Corpo de Polícia da Capital, responsável pelo policiamento de Salvador e do Recôncavo Baiano. A ida desse corpo gerou alterações no cotidiano da segurança pública da província, exigindo do governo medidas políticas e administrativas, necessárias para equacionar a situação.

Palavras-chave: História. Bahia. Segurança Pública.

Introdução

Estamos vivenciando um momento delicado em relação à segurança pública no Brasil. Acompanhamos diariamente, pelos meios de comunicações, fatos que nos deixam estarecidos e nos levam a pensar sobre as reais causas de toda essa violência urbana e rural.

Alguns renomados educadores afirmam que a violência é fruto de uma educação brasileira deficiente; outros intelectuais, mais ligados ao social, enfatizam que as reais causas estão nos desequilíbrios sociais e na grande desigualdade de oportunidades para o pobre e para o rico.

Já os teóricos em segurança pública são contundentes em afirmar que esta violência tem como causa a deficiência do sistema policial. Segundo tais especialistas, a falta efetiva de um policiamento adequado, com ações preventivas e coercitivas, e com um melhor preparo técnico-profissional por parte dos policiais, abre um leque de oportunidades para que a violência se instale e se fortaleça.

* Mestre em História Regional e local pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB - e mestre em Operações Militares, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército - EsAO. Email: felixinfa@terra.com.br

Em entrevista coletiva à imprensa baiana, o secretário de Segurança Pública do Estado, César Nunes, apresentou um balanço da violência na Bahia em 2009. Segundo o Secretário, o número de estupros cresceu 26%, passando de 271, em 2008, para 336, em 2009. Ainda segundo o secretário, o número de homicídios diminuiu 1,3%, contabilizados 1.556 crimes.²

Pesquisando sobre a participação da Bahia na Guerra do Paraguai, deparei-me com uma situação inusitada em termos de segurança pública na província, durante a segunda metade do século 19.

Entre 1864 e 1870, o Brasil participou do maior conflito armado ocorrido na América do Sul, a Guerra do Paraguai. A guerra colocou, de um lado, o Império Brasileiro, a Argentina e o Uruguai, e, de outro, o Paraguai. O conflito envolveu as principais províncias brasileiras, mobilizando grande efetivo de homens para complementar os quadros do Exército Nacional e da Armada. A província da Bahia foi uma das mais exigidas, enviando para o conflito um efetivo superior a 17 mil pessoas.

Esses homens, em sua maioria negros e mestiços, foram recrutados pelo governo provincial, que para isso utilizou diversas estratégias. Os contingentes que seguiram da província para a guerra foram denominados “Corpos de Voluntários da Pátria”. A primeira tropa a ser enviada foi a do Corpo de Polícia da Capital, responsável pelo policiamento de Salvador e dos municípios e vilas do Recôncavo Baiano (DORATIOTO, 2002, p.114-117; DUARTE, 1981, p. 199).

Este artigo visa a dar conhecimento de fatos que ocorreram durante o período em que esse corpo policial esteve na guerra e a apontar aspectos relevantes na evolução da segurança pública na província da Bahia durante a década de 1860, período em que ocorreu o conflito.

Sobre o corpo de polícia da capital

Segundo o governo provincial, o Corpo de Polícia apresentou-se como um todo, do comandante ao mais jovem soldado, como voluntários para seguir para a guerra. O oferecimento foi aceito e no dia 23 de janeiro de 1865 o corpo partiu para a Corte, levando um efetivo de 15 oficiais e 462 praças, recebendo um reforço, em 1867, de 278 policiais. Essa tropa, ou melhor, o que sobrou dela, cerca de 70 policiais, só retornou à Bahia em 1870, ao término da guerra (ARAÚJO, 1949, p. 36-40).

² Entrevista apresentada no jornal A Tarde On Line, em 10 dez. 2009.

Durante o tempo em que o Corpo de Polícia participava do conflito, foi criado um corpo provisório, que deveria ter o efetivo de 700 homens, mas, por ter reforçado o corpo principal, em 1867, ficou com um efetivo reduzido, não conseguindo, por falta de voluntários, completar os seus claros. Segundo o presidente da Província do período de 1868 a 1871, Francisco Gonçalves Martins, o barão de São Lourenço, “*com a ida para a guerra do Corpo de Polícia da Capital, criou-se um Corpo provisório, que não conseguiu dar conta das alterações policiais que envolveram a Capital e o Recôncavo*”.³

Com a partida do Corpo de Polícia, o governo provincial transferiu a missão de policiamento do interior para a Guarda Nacional,⁴ que, desde a sua criação, era ligada por laços de mandonismo às lideranças locais, não conseguindo executar a contento a missão de assegurar a segurança pública no interior, principalmente onde a disputa pelo domínio político era mais intensa.

A população e o recrutamento para a guerra

Na Bahia, nessa época, a maioria da população vivia numa situação de miséria silenciosa, como agregados em casas de família ou como vendedores ambulantes, serventes, diaristas, que de tudo faziam para sobreviver. Salvador ostentava a desorganização de uma economia muito pobre, a viver de expedientes provisórios, de pequenos serviços prestados e ardilosas agências com que os forros sobreviviam o seu dia-a-dia precário, dando à fisionomia da cidade certos destaques de pobreza, tanto visuais quanto materiais (FRAGA FILHO, 1996, p. 22).

A escassez de empregos levava os homens livres pobres a viverem de oportunidades temporárias e instáveis, disputando com os donos de escravos as limitadas oportunidades do mercado de trabalho. Entre 1860 e 1887, a Bahia vivenciou um período de grande depressão, e essa crise atingiu as camadas populares da população de várias formas: na carestia dos gêneros de primeira necessidade; na corrosão dos salários, diminuindo o poder de compra do pobre; na vulnerabilidade a epidemias, levada pela fraqueza alimentar (MATTOSO, 1992, p. 181–182).

³ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Biblioteca. Relatório do presidente da Província, em 1870.

⁴ A Guarda Nacional foi criada pelo então ministro da Justiça do Império, Diogo Antonio Feijó, em 1831. Tinha a missão de substituir as extintas milícias, ordenanças e guardas municipais, e, em último caso, auxiliar o Exército em questões externas. Foi instituída em todos os municípios do Império em 1850, quando foi reorganizada. Estava hierarquicamente subordinada aos juízes de paz.

Por outro lado, a cólera deixou, na segunda metade do século 19 XIX, um rastro de morte e miserabilidade que atingiu os habitantes da capital e do Recôncavo, aumentando a mendicância e a orfandade. Além das epidemias, a seca no sertão e as enchentes ocorridas no Recôncavo, levaram a mortes e a grande número de desabrigados. Cidades como Cachoeira e São Félix, importantes centros comerciais, foram atingidas e sua população, levada ao desespero. Com a seca aumentava o número de retirantes, que iam engrossar, na capital e nas vilas do Recôncavo, os contingentes de mendigos (MATTOSO, 1992, p.181-182; FRAGA FILHO, 1996, p. 22).

Em relação ao recrutamento para a guerra, o governo imperial, baseando-se na Lei nº 3.383, de 21 de Janeiro de 1865, que convocava para o conflito os guardas nacionais, e nos artigos 117 e 118 da Lei nº 602, de setembro de 1850, que reorganizava a Guarda Nacional, convocou 15 mil guardas nacionais, estabelecendo cotas entre as províncias, cabendo à Bahia o número de 2.440 guardas, o maior contingente marcado para ser convocado e apresentado (DORATIOTTO, 2002, p. 112-113; RODRIGUES, 2001, p. 49-52).

Mediante orientação do presidente da Província, os comandantes de batalhões da Guarda Nacional dos diversos municípios designados para cederem guardas, iniciaram uma intensa procura às praças pertencentes às suas unidades, as quais, não desejando participar do conflito, fugiam.⁵

Em relação a essa recusa das praças de se incorporarem às suas unidades, o comandante superior da Guarda Nacional de Feira de Santana, por exemplo, em justificativa ao presidente da província, sobre o motivo de ainda não ter seguido o número de praças que os corpos daquele município deveria ter enviado, informou que os próprios comandantes executaram expedições, pessoalmente, mas tinham encontrado grandes dificuldades em fazer aquartelar os guardas designados, tendo em vista que eles tinham abandonado suas residências e ocupações, e se ocultado nas matas.⁶

Observando a documentação existente no Arquivo Público do Estado da Bahia relativa aos recrutados para a Guerra do Paraguai, encontrei um claro exemplo do que se passou com as praças naquele momento.

O 2º sargento, Manoel Euzébio da Piedade, foi preso e remetido para a Capital pelo tenente-coronel comandante do batalhão nº. 19, da Guarda Nacional da Vila de Jaguaripe, localizada no Recôncavo Baiano. Seu pai, João Paulo da Piedade, africano, solicitou, através

⁵ APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. 2ª parte. Série militares. Correspondência recebida do comando superior da Guarda Nacional. Guarda Nacional. Maço 3.603.

⁶ APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. 2ª parte. Série militares. Correspondência recebida do comando superior da Guarda Nacional. Guarda Nacional. Maço 3.603.

de requerimento ao presidente da Província, a sua soltura, haja vista que ele possuía 65 anos, era viúvo, e tinha em sua companhia quatro filhas, que, segundo o africano, viviam honestamente e dependiam do seu filho para sobreviver.

Relatou que a prisão do seu filho foi um ato de abuso de confiança, por ter-se passado da seguinte forma: Manoel fora chamado, como inferior,⁷ para comparecer e fazer parte de uma diligência. De imediato compareceu, com seu uniforme e, depois de efetuada a prisão, quando se achava acompanhando o preso para a cadeia, recebeu ordem para também entrar na cela, o que de pronto aconteceu.⁸

O caso ocorrido com Manuel Euzébio da Piedade mostra como passaram a agir os comandantes dos batalhões, com a recusa das praças a se incorporarem às suas unidades. Temendo que o sargento viesse a se juntar ao rol daqueles militares que já tinham fugido, o comandante utilizou da estratégia de convocá-lo para a realização de uma diligência, aproveitando-se da confiança que o sargento depositava nos seus superiores e na própria instituição. Essa, aparentemente, era a maior mágoa do seu pai com o comandante que prendera o filho.

Percebe-se, de um lado, o desespero de um pai, que, com a ausência de seu filho, temia pela sobrevivência de sua família, seu arrimo, e, de outro, um comandante de batalhão, que tentava reunir os homens necessários para completar o seu efetivo e cumprir a sua missão. Para essa autoridade, os fins justificavam os meios.

Ainda visando a completar os efetivos dos batalhões da Guarda Nacional, incompletos pela recusa dos guardas em se incorporar às suas unidades, o governo provincial iniciou o recrutamento de civis. Uma das estratégias a que recorreu foi a oferta de vantagens pecuniárias. Por meio desse artifício, o governo provincial conseguiu coagir parte dos homens livres pobres, que, vendo na ida para a guerra uma solução para os seus problemas financeiros, e uma ocupação, se alistaram nos Corpos de Voluntários. Mas o alistamento desses homens não foi suficiente para que se completassem os batalhões da Guarda Nacional.

O governo então, por meio de pressão junto às autoridades policiais e judiciárias, intensifica o recrutamento dos que eram vistos como vagabundos e desordeiros, executando uma verdadeira “caça” a esses homens na capital e nas vilas do interior da província.

⁷ Graduação que existia na estrutura hierárquica das unidades da Guarda Nacional, situada logo abaixo dos postos dos oficiais.

⁸ APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 2ª parte. Série militares. Correspondências recebidas de voluntários da guerra do Paraguai. Maço 3.670.

Exemplo dessa estratégia pode ser verificado na comunicação feita por Ramiro da Silva Firmino ao presidente da Província. Ramiro Firmino, um recrutador, informou ter chegado das comarcas do sul da Bahia, de onde tinha trazido 33 voluntários, especificando que havia conseguido oito, por intermédio do delegado de Caravelas; seis, pelo comandante superior de Caravelas; três, pelo delegado de Alcobaça; três, pelo subdelegado de Canavieira; e 13 por intermédio do juiz de direito de Porto Seguro.⁹

Pelo rol de autoridades que realizaram a intermediação para o recrutamento desses homens, constituído por policiais e autoridades judiciárias, esses “voluntários” praticaram algum tipo de delito e estavam sob a custódia legal dessas autoridades, que aproveitaram a oportunidade e os entregaram ao recrutador, como meio de aquela comunidade se livrar deles.

O historiador Hendrik Kraay afirma que esse tipo de procedimento era comum durante o Império, enfatizando que o recrutamento era competência das autoridades civis. Segundo Kraay (1998), o Exército desempenhou um papel bastante restrito no processo; se, como era normal, um número insuficiente de voluntários se apresentasse, as Forças Armadas contavam com os aparatos policial, judicial e de administração civil para efetuar o recrutamento.

Evolução do crime na bahia entre 1861 e 1871

Crimes / Anos	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	Soma
Homicídios	54	80	50	53	46	36	43	65	30	60	56	573
Tentativas Homicídio	10	17	17	15	04	04	05	08	03	05	05	93
Ferimentos Graves	35	43	36	23	19	08	28	52	29	46	41	360
Roubos	13	12	07	09	04	00	08	10	05	07	15	90
Estupros	00	00	00	00	00	00	00	02	03	01	02	08
Raptos	00	00	00	00	00	00	00	01	03	01	02	07
Furtos	00	00	00	00	00	00	01	03	01	03	01	09
Total	112	152	110	100	73	48	85	141	74	123	122	1140

Quadro 1

Figura 1 - Resumo dos crimes de maior gravidade ocorridos na Província entre 1861 e 1871

Fonte: APEB. Biblioteca. Relatórios dos presidentes da Província entre 1861 e 1871.

⁹ APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 2ª parte. Série militares. Correspondências recebidas de voluntários da guerra do Paraguai. Maço 3.669.

Para uma análise mais acurada da evolução da situação da segurança pública, procurei reunir dados relativos à década de 1860, incluindo ainda os anos de 1870 e 1871, época, no pós-guerra, em que a estrutura policial foi reorganizada.

Observando o quadro-resumo dos crimes, podemos constatar, inicialmente, que houve uma diminuição significativa no total dessas ocorrências nos anos de 1865 e 1866, passando de 100 em 1864 para 73 em 1865 e para 48 em 1866. Essa diminuição certamente foi fruto da intensa presença das trapas da Guarda Nacional e das guarnições de recrutadores nas ruas da capital e nas cidades e vilas do Recôncavo baiano, à procura de praças fugitivas ou de homens livres pobres, que pudessem engrossar as tropas dos corpos de voluntários da pátria, inibindo, assim, a ação de “marginais”, que temiam ser abordados e/ou recrutados.

Em relação aos aspectos expostos, relativos ao recrutamento ocorrido na Bahia, Kraay enfatiza que, embora nenhuma proporção exata possa ser estabelecida, a maioria dos soldados brasileiros era forçada a entrar no serviço militar através do sistema judicial, como punição por pequenos delitos (ou até grandes crimes), por vadiagem, ou por violação de padrões morais (KRAAY, 1996, p. 38-39).

Examinando a documentação constante no APEB, pude verificar a existência de diversos requerimentos endereçados ao presidente da Província, informando sobre a prisão de homens livres pobres recrutados para a guerra por vadiagem e implorando por suas solturas.

Dona Rosa Maria de Jesus, viúva, com 50 anos de idade e quatro filhas menores, informou ter presenciado o seu filho maior, João Evangelista Rodrigues, que a amparava e as suas irmãs, ser preso por vadiagem e forçosamente alistado como voluntário na Vila de Chique-Chique, no Sertão de São Francisco, e colocado como adido ao contingente da Guarda Nacional, no Forte de São Pedro, em Salvador, a fim de seguir para a guerra, sem nada poder fazer.¹⁰

Também dona Maria Joaquina da Encarnação, crioula, com mais de 50 anos de idade, viúva, pobre, analfabeta, com seis filhos, informou ter assistido a seu filho mais velho, Ricardo da Silva, ser preso por vadiagem e incorporado ao contingente da Guarda Nacional, deixando a família sem qualquer notícia e sem recursos para o seu sustento, caindo na mendicância.¹¹

¹⁰ APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Inventário dos documentos do governo da província. 2ª parte. Série militares. Correspondências recebidas de voluntários da guerra do Paraguai. Maço 3.670.

¹¹ Idem, maço 3.669.

A figura 1 mostra também que o número de roubos diminuiu durante os anos iniciais da guerra, chegando inclusive a não se registrar ocorrência nos anos de 1865 e 1866. Certamente essa situação também resultou da presença e da ação das patrulhas pertencentes aos órgãos de recrutamento na capital e nas cidades e vilas do Recôncavo, e do envio para a guerra de elementos potencialmente capazes de praticar tais ilícitos.

A partir do ano de 1867, as necessidades em efetivo do Exército Nacional e da Armada diminuem e, conseqüentemente, diminui o número de recrutados e de homens enviados para a guerra. A presença dos órgãos de recrutamento também diminui na capital e nas cidades e vilas do interior, principalmente no Recôncavo, aumentando o número de ocorrências de ilícitos. Destacam-se os homicídios e os ferimentos graves.

A província começa, a partir desse ano, a se ressentir da falta do Corpo de Polícia da Capital, enviado para o conflito em 1865. Por ser uma tropa especializada no policiamento de Salvador e do Recôncavo, ela tinha propriedade no trato com os ilícitos e conhecia muito bem as ações preventivas e coercitivas que deveriam ser desencadeadas para a manutenção, em boas condições, da segurança pública nessas áreas. O emprego de tropas da Guarda Nacional, que não tinham experiência nesse tipo de operação e desconheciam as técnicas de ações policiais, certamente influiu para que o número de crimes aumentasse.

A violência, durante o período da guerra, teve o seu clímax em 1868. Isso se explica, pois nos anos de 1867 e 1868, convocaram-se eleições primárias para vereadores e juizes de paz, e durante esse período ocorreram conflitos que desafiaram a estrutura de segurança pública da província.

Em 1867, especificamente nos dias 2 e 3 de fevereiro, ocorreram graves atentados perpetrados contra a segurança individual nas freguesias da Tapera, dos Humildes e do Bom Jesus, todas localizadas no Recôncavo baiano. Nesses lugares, as parcialidades que disputaram as eleições travaram lutas, tendo como conseqüências, mortes e vários feridos.¹²

O acirramento político entre os grupos rivais no interior da província não arrefeceu, ao contrário, intensificou-se, e em 1868, com a convocação de novas eleições, outros enfrentamentos ocorreram, agora nos Termos dos Lençóis, na Chapada Diamantina, e de Nazaré, no Recôncavo.¹³

Dentre esses conflitos, vale a pena relatar o ocorrido na pequena localidade de São Miguel da Almeida, Termo de Nazaré. Era o dia marcado para as eleições e a população encheu o adro da igreja da freguesia, aguardando a chegada do juiz de paz, Gregório

¹² Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Biblioteca. Relatório do presidente da província, em 1870.

¹³ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Biblioteca. Relatório do presidente da província, em 1870.

Monteiro, autoridade que normalmente, por lei, presidia os trabalhos relativos aos pleitos eleitorais. Tendo por desculpa a segurança do pleito, o capitão da Guarda Nacional, Antônio Ferreira de Camurugi, subdelegado da localidade, recebeu do tenente-coronel Sampaio, adversário político do juiz Gregório e comandante do 45º Batalhão da Guarda Nacional, responsável pelo policiamento daquela área, uma guarnição composta de 10 guardas, sob o comando do sargento Joaquim Libório de Souza.¹⁴

Mesmo antes do dia marcado para a eleição, correu pela freguesia o rumor de que o grupo do tenente-coronel Sampaio iria impedir que os homens alinhados com o juiz de paz adentrassem a localidade. E as fontes revelaram que o rumor tinha um fundo de verdade, pois a ideia do tenente-coronel Sampaio era de impedir que esses homens adentrassem o local de votação, principalmente o juiz Gregório, pois, com sua ausência, deveria ser convocado o juiz substituto, ligado ao seu grupo, e, com o apoio deste, o tenente-coronel realizaria a manipulação das eleições, para que os seus candidatos saíssem vitoriosos.¹⁵

A informação chegou aos ouvidos do grupo liderado pelo juiz Gregório, que procurou o apoio de três líderes populares locais: Januário Ferreira Leal, morador de um lugar denominado “cabeça de boi”; Miguel dos Anjos e o “crioulo Thomé”, morador de outra localidade denominada “cachoeirinha”. Numa nítida atitude de afronta ao tenente-coronel Sampaio, esses líderes e sua gente juntaram-se ao juiz Gregório. Cerca de 300 pessoas seguiu em direção à entrada da localidade, grande parte armada pelo próprio juiz.¹⁶

D e seu lado, o tenente-coronel Sampaio, usando de sua influência e patente, e tendo como “testa de ferro” o capitão Camurugi, subdelegado, determinou à tropa que estabelecesse um bloqueio na entrada da cidade, sob pretexto de fazer cumprir a lei e impedir a entrada de pessoas armadas no local de votação.¹⁷

A guarnição, agora sob as ordens do capitão Camurugi, que assumiu o comando da tropa, acompanhada do próprio tenente-coronel Sampaio e de outros integrantes do seu grupo, o capitão da Guarda Nacional e também subdelegado, José Francisco de Andrade Bulhões e dos capitães Galdim Marques de Azevedo e Antônio Cunha Barreto, cumpriu o determinado e esperou a chegada do grupo rival. Além dos soldados fardados, foram colocados praças à paisana e civis, em pontos estratégicos, que pudessem reagir a uma ação do grupo oposto.¹⁸

¹⁴ APEB. Biblioteca. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Série Polícia. Maço 6494.

¹⁵ APEB. Biblioteca. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Série Polícia. Autos do processo. Maço 6.494.

¹⁶ APEB. Biblioteca. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Série Polícia. Autos do processo. Maço 6.494.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Idem, *ibidem*.

Por volta das 10 horas da manhã, os seguidores do juiz Gregório se deslocaram para o local do bloqueio. Iniciou-se ali uma cerrada discussão e a guarnição da Guarda Nacional exigiu que eles depusessem as armas. Após a ocorrência de resistência e chingamentos, um “pardo”, de nome Marciano, ligado ao grupo do capitão Camurugi, que estava escondido numa casa próxima ao local, disparou um tiro contra as pessoas que acompanhavam o juiz de paz, iniciando um grande tiroteio.¹⁹

A pequena localidade de São Miguel da Aldeia, naquela tarde, se transformou num grande “campo de batalha”, com homens correndo para todos os lados, tentando, uns se protegerem, e outros, atingir os seus adversários. Gritos, confusão, tiros disparados para todas as direções, feridos sendo socorridos e mortos tombados pelo chão. O conflito resultou na morte de João Marques da Cruz, Manoel Esteves, Pedro Feitosa e André Cursino, além de grande número de feridos de ambas as partes.²⁰

O chefe de polícia provincial, mandado ao lugar pelo presidente da Província, fez prender os suspeitos dos homicídios, de ambos os lados, e os submeteu a processo. Na ocasião, foram presos mais de 30 homens, entre eles, o capitão Camurugi, o juiz Gregório, o sargento Libório, o subdelegado Bulhões e o tenente-coronel Sampaio.

Esse confronto espelha o clima acirrado e violento em que se deram as eleições primárias no interior da Bahia durante a Guerra do Paraguai, período em que conservadores e liberais disputavam o poder político no Império, e os grandes proprietários de terras disputavam o poder local nas diversas áreas do interior da província. Essas disputas políticas transcorreram entre grandes proprietários, pois, além do comando político, estavam em jogo os laços de mandonismo locais.

Algumas modalidades de crimes que até então não entravam nas estatísticas policiais da época começaram a ser praticadas a partir de 1868; crimes como estupro e rapto começaram a ser relatados. Isto denota a falta que fizeram também os “chefes de família”, o chamado “homem da casa”, pegos à força para a guerra e deixaram os seus familiares: esposas, filhas, irmãs e até mães, à mercê de homens revoltados com os infortúnios por que passavam e pelas condições sociais que se lhes apresentavam.

José dos Reis Portacio, filho de dona Rita Maria da Conceição, residente na Freguesia e Vila da Tapera, levado à força por autoridades recrutadoras, enviou requerimento ao presidente da Província suplicando a sua soltura. No bojo do documento, informou sustentar a

¹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰ APEB. Biblioteca. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Série Polícia. Autos do processo. Maço 6.494.

sua mãe, viúva, e suas seis irmãs, donzelas, que levavam uma vida pacata e próxima da miséria, quando foi recrutado e remetido pela delegacia daquela freguesia com destino ao serviço do Exército, em Salvador. Que possuía, ainda, um irmão aleijado, e que todos dependiam da sua presença e do fruto do seu trabalho para a sobrevivência.

Desesperada, sua mãe também escreveu ao presidente da Província, explicando sua condição de vida e o resultado que teria tal arbitrariedade. Explicou a mãe que a retirada de seu filho deixou sua família abandonada e que, em pouco tempo, viria a esmolar da caridade pública, quando não trocaria sua vida honesta pela desonra que, cedo ou tarde, bateria à sua porta como forma de aliviar suas fadigas (RODRIGUES, 2001, p. 43).

Durante os anos de 1870 e 1871, no pós-guerra, o número de crimes continuou alto, pois foi um período de reestruturação do policiamento na capital e no interior. Enquanto o governo reestruturava o Corpo de Polícia, a Guarda Nacional continuou a executar o policiamento no Recôncavo.

Considerações finais

As fontes indicam que a utilização de tropas tecnicamente despreparadas para cumprir as missões de policiamento, a falta de uma visão mais acurada por parte do governo central na gestão da política regional e local, o envio para a guerra do Corpo de Polícia da Capital, a deflagração de uma guerra que empenhou grande parcela da população mais carente da província, a ação nefasta de infortúnios naturais e a falta de políticas de inclusão social, levou a sociedade baiana a pagar um preço alto em relação à segurança pública durante o período em que se desenrolou a chamada Guerra do Paraguai.

Observando as declarações do secretário de Segurança Pública da Bahia, como um balanço da violência no estado em 2009, nota-se que o governo está empenhado em diminuir o número de crimes no estado, porém, os dados ainda são muito expressivos e nos deixam preocupados, principalmente em relação aos crimes de estupro e homicídio.

A exposição de todos estes dados nos indica que a segurança pública na Bahia, desde o Império, foi um aspecto merecedor de atenção especial por parte das autoridades governamentais. Porém, levando em consideração que a província, durante o século 19, passou por graves problemas econômicos, por diversificados infortúnios naturais e que a própria guerra agiu como um evento irradiador de tensões sociais entre a população e o Estado, o aumento do número de crimes seria compreensível. Já o número de crimes

praticados em 2009, não há como entender, pois não houve qualquer tipo de convulsão política, econômica e/ou social que pudesse justificar toda a violência externada pela sociedade baiana. Ficamos, então, a pensar qual a verdadeira causa de toda essa banalização da vida.

PUBLIC SECURITY ASPECTS IN THE PROVINCE OF BAHIA DURING THE PARAGUAYAN WAR

Abstract

The purpose of this article is to disclose particular aspects of the evolution of public security in the Province of Bahia during the Paraguayan War. From 1865 to 1870, Bahia supported the Brazilian Empire in the fight against the army led by Solano López, which was given by sending troops. According to records from the provincial administration, over 17 thousand men helped complement the troops of the National Armed Forces. The first platoon to serve was the Police Division of the Capital, which was responsible for patrolling the city of Salvador, the coast of Bahia and surrounding area. Their departure imposed changes to the routine of the Province's security, whereby government was forced to implement political and administrative measures in order to circumvent the situation.

Keywords: History. Bahia. Public Security.

Referências

ARAÚJO, Oséas Moreira de. *Notícias Sobre a Polícia Militar da Bahia no Século XIX* (obra aprovada pelo 1º Congresso de História da Bahia) – 1949.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. O imperador, os chefes militares, a mobilização e o quadro militar da época. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo, SP / Salvador: Edufba, 1996.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX*. Uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in) Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito*. 2001.162 f. Dissertação. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

KRAAY, Hendrik. O Abrigo da Farda: O Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. Salvador: *Revista afroasia*. Ed. 17, 1996.

_____. *Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil. The Americas*. V.55. nº 1: jul 1998. 1-33,. Tradução do autor, revisada por Mônica Nogueira de Sá.

Recebido em: janeiro de 2010.
Aprovado em: dezembro de 2010.